

Constituintes chegam a consenso sobre mais três temas polêmicos

BRASÍLIA — O Grupo Interpartidário e o Grupo dos 32 aprovaram ontem propostas de consenso para mais três temas: meio ambiente, sistema financeiro e questão tributária. Essa foi a última reunião conjunta antes da elaboração do primeiro substitutivo do Relator Bernardo Cabral. Agora só falta acordo sobre reforma agrária, anistia, área sindical, sistema de governo, mandato presidencial e sistema eleitoral (proporcional ou distrital).

A proposta de consenso sobre o sistema financeiro determina que a nomeação do Presidente e dos Diretores do Banco Central terá que ser aprovada pelo Senado e que a abertura de bancos estrangeiros só será possível com reciprocidade.

Na questão tributária o texto prevê o retorno da arrecadação do ISS para os Estados e a criação da IVV



Foto de Gilberto Alves

Scalco e Fernando Henrique buscam o entendimento

(Imposto de Venda no Varejo) para o Município. No geral, a União perde 22% do bolo tributário, enquanto os Estados ganham 30% e os municípios 15%.

A definição de empresa nacional será mantida como no projeto de Cabral, mas acrescida de um artigo reconhecendo as "empresas nacionais de capital estrangeiro".

Na questão do meio ambiente os dois grupos optaram por remeter para a legislação ordinária muitos dos pontos que constavam do projeto de

Constituição. Um dos poucos detalhes incluídos na Constituição será a obrigatoriedade da autorização do Congresso Nacional para a execução de obras que causem impacto ambiental, como usinas nucleares e termelétricas. Caiu a exigência de plebiscito nas comunidades onde venham a ser realizadas tais obras.

Quanto ao debate sobre a anistia, realizado à noite, o Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), informou que deverá ser aprovada a proposta do Senador Agripino Mata (PFL-RN), relator do grupo interpartidário, que estende aos praças, cabos e sargentos os benefícios concedidos aos oficiais, sem reintegrá-los nem promover o ressarcimento em dinheiro do tempo perdido pela punição. A outra novidade vai ser a anistia aos empregados de empresas privadas que foram cassados. Eles serão reintegrados na função que exerciam, com salários atuais.

Fernando Henrique esclareceu que, a partir de amanhã, Bernardo Cabral terá um prazo de 10 dias para elaborar o substitutivo. Depois disso os dois grupos terão seis dias para apresentar novas emendas de